

volume

20

Dezembro/2014

ISSN 01516-2095

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



Dossiê: Guerra do Contestado

Hist. Rev. Pelotas Número 20 p.1 - 201 dez. 2014



EM BUSCA DOS MONGES HISTÓRICOS: FONTES E HISTORIOGRAFIA

IN SEARCH OF THE HISTORICAL MONGES: SOURCES AND HISTORIOGRAPHY

Alexandre Karsburg*

Resumo: Desde há mais de um século hipóteses vem sendo apresentadas por pesquisadores brasileiros para esclarecer o que aconteceu aos monges João Maria de Agostini e João Maria de Jesus depois de suas passagens pelo sul do Brasil, entre meados do século XIX e início do XX. Sabe-se que peregrinaram por extensa região entre o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, contudo, após isso, tudo mais são suposições. A rota percorrida, os caminhos tomados e os locais habitados eram imprecisos, assim como onde, quando e como morreram. Os motivos para tantas dúvidas eram atribuídos à falta de documentos confiáveis. Partindo desse pressuposto, os interessados em desvendar o destino dos monges restringiram-se, em sua maioria, a coletar depoimentos junto aos devotos de “São João Maria”, o que de fato pouco contribui para quem tem por objetivo acompanhar a trajetória dos sujeitos históricos. Na verdade, há pistas a serem seguidas, não somente documentais, mas, também, historiográficas, e que podem indicar novos rumos para desvendar os indivíduos que se acobertaram sob a fama de “monges milagrosos”.

Palavras-chave: Monge João Maria; Guerra do Contestado; Fontes históricas; Historiografia

Introdução

Em todo o planalto meridional do Brasil a tradição religiosa de “São João Maria” é muito presente, crença viva e em constante transformação. Fontes d’água, grutas, cavernas, lapas, cruzeiros, capelinhas e imagens do santo estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Paraná e Santa Catarina, mostrando a todos a força desta devoção que remonta a um monge1 andarilho tornado santo pelo povo em meados do

* Bolsista FAPERGS/CAPES de Pós-Doutorado. Atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. alexkarsburg@yahoo.com.br

¹ Para os devotos do sul do Brasil, o termo *monge* é sinônimo de andarilho que peregrina solitariamente procurando ensinar as pessoas os “caminhos da salvação”. Além disso, ele deve curar doenças utilizando ervas, águas e outros elementos da natureza. Porém, institucionalmente falando, o termo *monge* é inadequado para qualificar tal sujeito, já que o monge dever ter ordenação sacerdotal ou ser membro de ordem religiosa. Mas foi por tradição que ficaram conhecidos desta maneira, comprovando que o povo, apesar de dialogar com a cultura da Igreja, detinha de fato as prerrogativas para criar seus santos (KARSBURG, 2012).

século XIX. Ao longo das décadas, outros sujeitos se fizeram passar ou foram confundidos com o eremita João Maria de Agostini, o primeiro da série de monges andarilhos que palmilharam o sul do Brasil. Envoltos pelas brumas do passado e “sufocados” pela tradição popular, os indivíduos denominados monges foram estudados como se fossem seres incorpóreos que podiam aparecer e desaparecer a qualquer momento. Este artigo procurará esclarecer que, apesar dos mistérios que os envolvem, foi e é possível chegar aos indivíduos de “carne e osso” que foram acobertados pelo manto da santidade. Iniciarei pelas descobertas que me levaram a desvendar a identidade “real” do primeiro dos monges: o italiano João Maria de Agostini. Após, trarei indícios que apontam para a identidade dos outros monges – que foram muitos e atuando de forma concomitante no tempo.

O iniciador da tradição: o eremita italiano João Maria de Agostini

Em relação ao primeiro dos monges, o eremita João Maria de Agostini, alguns estudos apresentaram testemunhos e documentos que serviram para alcançar o sujeito histórico. Talvez o primeiro relato historiográfico sobre o monge Agostini no Brasil foi feito em 1863 pelo padre francês João Pedro Gay. Pároco do município sul-rio-grandense de São Borja, padre Gay publicou artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro² narrando que um monge italiano havia residido em um cerro do outro lado do Rio Uruguai, no povoado de San Javier, no ano de 1852. Este cerro se tornou “local de intensas romarias de vizinhos que aí tem concorrido, e mesmo de São Borja as pessoas tem ido com o fim de obter alívio das enfermidades,” afirmou padre Gay.

Em 1902, o historiador João Borges Fortes, em um artigo no “Anuário Rio-grandense”, também relatou a respeito do personagem, afirmando que o monge instituiu o culto a Santo Antônio Abade – considerado o primeiro dos eremitas cristãos – em um cerro próximo à cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1848. No ano de 1909, Hemetério José Veloso da Silveira, em seu livro “As missões orientais e seus antigos domínios”, afirmou que a presença do monge João Maria no Cerro do Campestre – perto de Santa Maria – “movimentou bastante a população da freguesia quer urbana e quer camponesa, fazendo soar bem longe o nome de Santa Maria da Boca do Monte”. Destacou também que “a imprensa do Rio de Janeiro e de outras

² “História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861”. RIHGB, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>).

idades cultas do Brasil se ocuparam deste personagem [o monge], que, no pleno século das luzes, estabeleceu, por sua conta e risco, uma missão e operou milagres”.³

Publicado no início do século XX, o livro de Hemetério forneceu detalhes significativos sobre o monge, apresentando um possível itinerário de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Afirmou ainda ser ele de origem italiana, e que durante algum tempo permaneceu no interior paulista quando resolveu seguir para o sul pelo caminho dos tropeiros (SILVEIRA, 1979, p. 477). Os dados presentes no livro de Hemetério foram utilizados por outros pesquisadores interessados em desvendar quem foi este sujeito que ora era chamado de monge João Maria, ora de eremita João Maria de Agostini, italiano de nascimento que havia criado uma devoção religiosa no interior do Rio Grande do Sul no ano de 1848: o culto a Santo Antônio Abade, anacoreta que viveu no século IV nos desertos do Egito.⁴

Alguns observadores contemporâneos da passagem do italiano pelo sul do Brasil não escreveram livros, antes fizeram discursos ou elaboraram crônicas que vieram a ser fontes importantes que permitiram alcançar novos detalhes sobre o personagem. Em 1874, na bancada do Senado, o médico e senador José Martins da Cruz Jobim fez longo comentário sobre o italiano João Maria de Agostini e sua presença no Rio Grande do Sul, ligando-o ao culto de Santo Antônio. Além disso, ressaltou a crença que se desenvolveu entre milhares de pessoas que acreditaram ser o monge o responsável por tornar milagrosas as águas de uma fonte no Cerro do Campestre. Em 1895 e 1898, Felicíssimo de Azevedo escreveu, em jornais de Porto Alegre, crônicas sobre as origens da devoção criada pelo monge Agostini em 1848: a romaria do Campestre de Santo Antônio, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte. Azevedo descreveu o italiano com uma “longa barba nevada” que se estendia até o peito, aparentando ter uns cinquenta anos de idade [em 1848], vestido com uma “sotaina de tecido surrado e os pés nus sob uns sapatões rústicos”. Dirigiu-se ao Palácio do governo, em Porto Alegre, com o intuito de pedir uma audiência com o presidente da província, o general Francisco José de Souza Soares de Andrea, que aceitou receber o estranho homem.

³ Indicação relevante que me fez procurar os principais jornais publicados no Rio de Janeiro de meados do século XIX. Os periódicos de fato faziam referências ao *monge* João Maria, bem como a um evento ao qual ele se ligava: “os milagres nas águas santas”. Além do jornal *Nova Gazeta dos Tribunais*, pesquisei no *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil* (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

⁴ Santo cristão que viveu nos desertos do Egito no século IV d.C., é reconhecido pela Igreja Católica tendo o 17 de janeiro como dia de Santo Antônio Abade.

De acordo com Azevedo, o monge declarou ser “italiano, natural de Roma”, que andava “em peregrinação cumprindo uma promessa feita à santa Mãe de Deus” (grifos meus). Disse chamar-se João Maria Agostini. O general Andrea perguntou o que o italiano queria, recebendo a seguinte resposta: “Em uma igreja dos Sete Povos das Missões,⁵ que está em ruínas, existe uma bela imagem de Santo Antão; eu venho pedir a Vossa Excelência essa imagem para construí-lhe uma capela”. Não sendo assunto de sua competência, o general mandou o sujeito ao padre Thomé Luiz de Souza, que era Vigário Geral do Rio Grande do Sul em 1848 e responsável por tratar desse tipo de questão. Após esse encontro, segundo a crônica de Felicíssimo de Azevedo, o italiano sumiu, sendo reencontrado posteriormente em um cerro nas proximidades da então vila de Santa Maria da Boca do Monte, no lugar denominado Campestre, centro da província. Neste local, o monge, com a ajuda de moradores, ergueu uma ermida para colocar nela a imagem de santo Antão Abade. Porém, o que estava atraindo quantidade impressionante de pessoas ao Cerro do Campestre era a fonte de água que todos acreditavam operar “curas milagrosas”.

Vale ressaltar que, até a metade do século XX, de forma independente e sem ligações entre si, pesquisadores de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tentaram desvendar se um único indivíduo havia peregrinado por extensa região que ia de Sorocaba (SP) até Santa Maria (RS) deixando como marco de sua presença cruzeiros, vias-sacras, capelinhas e devoções seguidas pelo povo. Apesar de Hemetério Veloso da Silveira (1909) ter apresentado um possível roteiro feito por Agostini desde Sorocaba até Santa Maria, predominava a dúvida entre os pesquisadores das décadas seguintes se era mesmo possível que tamanha proeza tenha sido feita por um só homem. Em Santa Maria, por exemplo, os historiadores João Belém (1933) e Romeu Beltrão (1958)⁶ escreveram sobre o italiano conhecido como monge João Maria de Agostini, sujeito que por lá passara em meados do século XIX descobrindo uma “fonte de águas milagrosas” e instituindo o culto a santo Antão Abade no lugar. No caso de Beltrão, a curiosidade foi aguçada anos antes de escrever seu livro, pois, em 1934, ao descobrir que um místico parecido ao monge do Rio Grande do Sul havia morado numa gruta na cidade

⁵ Os *Sete Povos das Missões* faziam parte das Reduções jesuíticas que, nos séculos XVII e XVIII, abrangiam grande extensão de terra em ambos os lados do Rio Uruguai. Os *Sete Povos* estão a noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina.

⁶ Utilizando documentos e depoimentos inéditos de pessoas que foram contemporâneas ao referido *monge*, Romeu Beltrão fez uso do discurso do senador José Martins da Cruz Jobim (1874) e de artigos de Felicíssimo de Azevedo (1895 e 1898) para compor o livro intitulado “Cronologia histórica de Santa Maria”, publicado em primeira edição no ano de 1958.

paranaense da Lapa – a “Gruta do Monge” –, partiu de Santa Maria a fim de entrevistar os moradores lapeanos.

Romeu Beltrão suspeitava ser possível que o “famoso monge” do Rio Grande do Sul tivesse mesmo atravessado os campos paranaenses em suas peregrinações, mas a falta de indícios fez-lhe duvidar de se tratar do mesmo indivíduo. Deixou a Lapa sem certeza de nada. Desse modo, Beltrão afirmou que depois da passagem do italiano pelo sul do Brasil inúmeras lendas surgiram a seu respeito, e que vários “desequilibrados apareceram dizendo-se ‘monges’ e chamarem-se João Maria”, inclusive um que “agitou” por volta de 1914 a região conhecida por Contestado, na divisa dos estados do Paraná e S. Catarina (1979, p. 151). Concluiu afirmando que “o nosso João Maria” não poderia ser confundido com outros que se seguiram. Em parte Beltrão estava correto.⁷

Distante do Rio Grande do Sul, no estado de São Paulo mais precisamente, igualmente havia interessados em desvendar quem era o sujeito chamado João Maria de Agostini, isso porque na região circunvizinha do município de Sorocaba se perpetuaram lendas a respeito de uma “pedra santa” no alto de um morro que servira de refúgio, na década de 1840, a um eremita misterioso. A par desta crença, em 1942, o cônego Luís Castanho de Almeida, de Sorocaba, publicou aquele que seria o mais importante e citado documento comprobatório da passagem do italiano pelo Brasil: no livro de Registro da cidade de Sorocaba, no dia 24 de dezembro de 1844, um “frade” de nome João Maria d’Agostinho fazia-se registrar como “solitário eremita a serviço de seu ministério”, afirmando habitar nas “matas” de um cerro próximo à Fábrica de Ferro do Ipanema.⁸ O escrivão anotou, ainda, que o tal “frade” era do Piemonte [norte da Península Itálica], tinha 43 anos e chegara ao Rio de Janeiro pelo Vapor Imperatriz no dia 19 de agosto de 1844. Como sinal particular, o escrivão registrou que João Maria d’Agostinho era aleijado de três dedos da mão esquerda.

⁷ Correto porque depois da passagem do primeiro *monge* pelo sul do Brasil, vários outros surgiram imitando os costumes daquele, sendo confundidos pelo povo como um só “santo”. Contudo, de fato Agostini esteve na Lapa – em 1845, quando o local ainda pertencia à província de São Paulo – antes de se tornar “famoso” por causa dos “milagres das águas santas” no interior do Rio Grande do Sul.

⁸ Artigo de 1942 intitulado “O Monge do Ipanema”. O padre Luiz Castanho de Almeida fazia referência à Fábrica de Ferro do Ipanema, próxima a Sorocaba e ao lado do Morro do Araçoiaba, onde “frei João Maria d’Agostinho” procurou abrigo em dezembro de 1844. O *monge* também era conhecido, em Sorocaba, como “Monge da Pedra Santa” por causa da rocha que lhe servia de cama no alto do morro. Artigo no jornal de Sorocaba *Cruzeiro do Sul*, março de 1942 (*apud* CABRAL, 1960, p. 139).

Ao voltar sua atenção para o primeiro dos monges, o pesquisador catarinense Oswaldo Cabral (1960) afirmou que o “frei João Maria d’Agostinho”, registrado na cidade de Sorocaba em 24 de dezembro de 1844, era o mesmo sujeito que, em 1848, envolveu-se em polêmicas no Rio Grande do Sul em função da crença popular que lhe atribuiu o dom de tornar milagrosas as águas de uma fonte. Este foi o grande mérito de Oswaldo Cabral, ou seja, comprovar empiricamente que o eremita que se apresentou em Sorocaba, na véspera do Natal de 1844, era o monge que peregrinara pelo Rio Grande do Sul em 1848, e por outros locais do sul do Brasil, como na cidade da Lapa (PR), chamando a atenção por onde passava pelo seu modo de vida eremítico. Até então, as pesquisas haviam se dado em âmbito regional, e mesmo que já existissem suspeitas de se tratar do mesmo indivíduo, faltavam provas para confirmar o que Cabral verificou. A partir deste autor, portanto, teve-se certeza de que João Maria de Agostini, ou Agostinho segundo algumas fontes históricas, passara por Sorocaba (SP), Lapa (PR) e Santa Maria (RS), percorrendo as distâncias pelo caminho dos tropeiros angariando fama por ser venerado pelas populações como santo.

Após a obra de Cabral (1960) continuaram os estudos a respeito do personagem Monge João Maria, mas abordando-o pela perspectiva popular, sobretudo a partir dos que estiveram envolvidos na Guerra do Contestado ou de seus descendentes.⁹ Produziu-se número significativo de fontes orais, atestando que para o devoto só existiu um monge: “São João Maria”. Desse modo, qualquer tentativa de empreender uma análise em separado dos tais monges se tornou inibidora, pois a tradição oral não fazia distinção entre eles. Esta foi uma barreira difícil de transpor, e, sem novos documentos, os monges continuariam, assim, a suscitar unicamente interesse e curiosidade dos pesquisadores, como afirmou GALLO (2008, p. 119). Apesar de a historiografia saber ter havido, no mínimo, três monges, e que eles viveram em tempos distintos e cada um com características próprias, enfocaram-nos em uma linha sucessória do primeiro aos seguintes, tentando entender como a crença foi se desenvolvendo entre os devotos. Desse modo, a complexidade dos indivíduos foi se perdendo em função de atributos que deveriam

⁹ O grupo de historiadores que estudou a Guerra do Contestado direcionou as pesquisas ao campo da religiosidade popular, ou seja, perceber como o devoto entendia, transmitia e vivia a fé no *Monge João Maria*. Ao lado de Oswaldo Cabral (1960), temos Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957; 1965), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Douglas Teixeira Monteiro (1974), considerados os quatro principais autores que, ainda hoje, “formam a base inicial de leituras para o desenvolvimento de pesquisas sobre o movimento” do Contestado, conforme Márcia Janete Espig e Paulo Pinheiro Machado (2008, p. 8).

confirmar a santidade do nome. Pequenas biografias foram tentadas,¹⁰ mas as trajetórias se tornaram um tanto lineares, homogêneas e sem contradições.

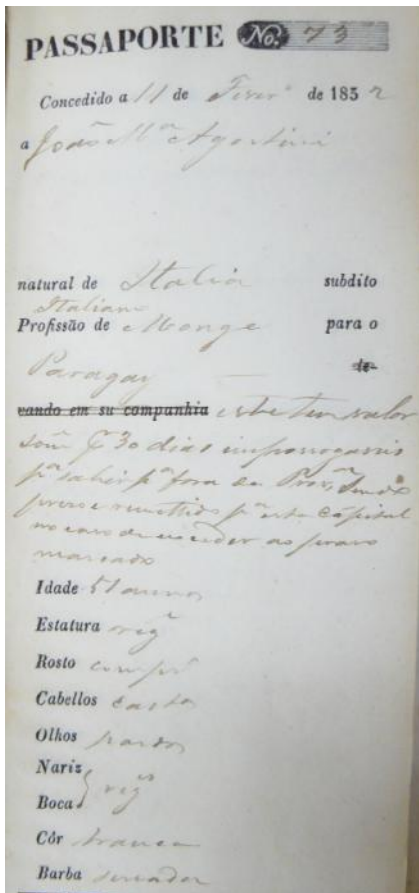
Na tentativa de reconstruir a trajetória do italiano em território brasileiro, as principais informações que consegui foram provenientes de testemunhos que viveram no século XIX e foram contemporâneos ao monge Agostini. Isso nos indica um caminho até então pouco explorado, pois, se a crença em “São João Maria” tem no interior de Santa Catarina e do Paraná seu centro e pólo irradiador, onde ela é marcante e verificável,¹¹ não significa que a crença tenha ali surgido. O circuito da fé pode não ter coincidido com o itinerário daquele que inspirou esta fé. Do mesmo modo, constatei que a Guerra do Contestado não poderia ser tomada como elemento central para investigar a vida e trajetória do monge Agostini, pois este antecedeu o conflito em mais de meio século. Foi por dar atenção a isso que concentrei minhas pesquisas, principalmente, em arquivos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, pois naquele ocorreu o episódio das “águas santas” e neste estava o centro do poder imperial de onde partiram as ordens para que se investigasse a vida do referido monge.¹²

Ao não aceitar as hipóteses que asseguravam ser praticamente impossível desvendar o paradeiro do monge, empreendi uma busca sistemática em arquivos tendo por base suposições nascidas de pistas presentes em autores que escreveram sobre o eremita italiano no Rio Grande do Sul. Um destes autores se chamava João Pedro Gay, francês de nascimento, mas naturalizado brasileiro para assumir o cargo de pároco da cidade fronteira de São Borja. Como dito anteriormente, o padre escreveu artigo publicado em 1863 na

¹⁰ Além de Cabral (1960), outros tentaram construir pequenas biografias dos *monges*: Queiroz (1965), Beltrão (1979), Gorniski (1980), Souza (1987), Fachel (1995), Thomé (1999) e Goes (2007).

¹¹ O próprio Oswaldo Cabral nos apresenta relatos colhidos no interior de Santa Catarina, mas que não se referem ao primeiro, antes ao segundo monge que ficou conhecido como João Maria de Jesus, que teria percorrido o planalto catarinense entre 1895 e 1906 (CABRAL, 1960, p. 144-178).

¹² Por causa da grande repercussão que alcançou os “milagres das águas santas” no Rio Grande do Sul, autoridades do Império brasileiro – médicos, delegados, presidentes de província, padres, bispos e ministros – tomaram medidas para desvendar se as referidas águas eram medicinais e investigaram, também, quem era o *monge* italiano chamado de “santo” pelas pessoas e que atribuíam ser o descobridor de tal “fonte miraculosa”. Devido a esse envolvimento das autoridades imperiais, produziu-se uma quantidade razoável de documentos que me permitiu, inclusive, conhecer melhor o eremita João Maria de Agostini (KARSBURG, 2012).



Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,¹³ narrando que nos povoados missioneiros de São Nicolau e São Javier achava-se um grande morro chamado “Cerro do Monge, aonde se refugiou em fins de 1852 o célebre monge italiano das Águas Santas de Santa Maria da Boca do Monte.” Sendo contemporâneo ao monge, o padre não poderia ter se equivocado na data e no local. E de fato não se enganou, pois o sacerdote escreveu dois documentos que confirmavam a presença de João Maria de Agostini nos arredores de São Borja no ano de 1852.¹⁴ Porém, a prova mais contundente da presença do italiano no Rio Grande do Sul nesse ano é um passaporte dado a ele pelas autoridades da província.

Passaporte N° 73. Concedido a 11 de Fevereiro de 1852 a João M^a Agostini, natural da Itália, subdito italiano. Profissão de Monge para o Paraguai. E este tem valor somente por 30 dias improrrogáveis para sair para fora da Prov^a, sendo preso e remetido para esta capital no caso de exceder ao prazo marcado. Idade 51 anos; Estatura regular; Rosto comprido; Cabelos curtos; Olhos pardos; Nariz Boca regulares; Cor branca; Barba serrada. Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, AHRS, Fundo Polícia, Códice P-143.

Para os propósitos deste artigo não cabe uma análise do conteúdo deste

¹³ “História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861”. RIHGB, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>).

¹⁴ Documentos datados do dia 7 de janeiro de 1852 e 6 de fevereiro de 1853 contando ao presidente sul-rio-grandense sobre a presença do monge em São Borja e do outro lado do Rio Uruguai, na província argentina de Corrientes. (Arquivo Histórico do RS, Assuntos Religiosos, Maço 24, Cx 12).

passaporte.¹⁵ O que importa, agora, é salientar o quão profícuo é seguir indícios historiográficos quando se tem por meta desfazer mistérios que há tempos desafiam o historiador. A indicação do padre João Pedro Gay, na revista do IHGB (1863), era pista que me levou aos arquivos e, por conseguinte, à descoberta destas fontes históricas inéditas a respeito do “célebre monge das águas santas”. E, a partir da análise destes documentos, foi possível descobrir o sujeito histórico encoberto pelo manto da santidade, revelando um homem em toda a sua complexidade e em interação com o contexto da época – o século XIX –, tempo de construção dos estados nacionais latino-americanos e tensões daí provenientes, para ficarmos somente em um único exemplo de conjuntura.

Os andarilhos do planalto: os outros monges

Sabemos que o “santo eremita” triunfou sob o nome monge João Maria, conservando-se entre aqueles que o tiveram como exemplo de comportamento e lenitivo para a cura do corpo e da alma doentes. Dezenas, a partir de então, procuraram imitar-lhe a vida penitente passando a peregrinar como forma de rejeitar os valores do mundo. João Maria de Agostini colocou a salvação ao alcance do homem comum, demonstrando que a penitência era o meio privilegiado para isso. Desse modo, foi inspiração para o surgimento de uma tradição religiosa no sul do Brasil – verdadeira “religião de monges” segundo Ivone Gallo (1999, p. 91) – que vem se perpetuando desde meados do século XIX em um processo acidentado, complexo e de difícil análise.

Senso comum historiográfico, aceitou-se que houve dois outros monges depois do primeiro e que alcançaram alguma notoriedade entre os povos do sul: João Maria de Jesus, que peregrinou por todo planalto meridional brasileiro entre 1890 e 1906; e José Maria de Santo Agostinho, o único monge a ter efetivamente participado da Guerra do Contestado, ainda que somente no início do conflito, em outubro de 1912, na Batalha do Irani. No entanto, sabe-se da existência de vários andarilhos penitentes palmilhando o extenso território sulino desde 1855, às vezes confundidos e chamados genericamente de monges – João Maria ou qualquer outro nome –, às vezes fazendo-se passar pelo próprio. Em relação à identidade destes indivíduos, até hoje pouco foi descoberto.¹⁶ E, para aumentar a confusão, testemunhos que

¹⁵ Análise que fiz em minha tese de doutorado (KARSBURG, 2012).

¹⁶ Em relação ao *monge* João Maria de Jesus, o Coronel Pinto Soares, sem citar a origem da informação, disse se chamar Anastás Marcaf, de nacionalidade francesa (apud CABRAL, 1960, p. 159). Já o nome do *monge* José Maria de Santo Agostinho era Miguel

disseram ter conhecido o “verdadeiro” monge o descreveram de maneira diversa.

No livro publicado em 1960, Oswaldo Cabral apresentou entrevistas feitas com antigos moradores do interior de Santa Catarina que haviam encontrado o monge. Vejamos alguns depoimentos:

Conheci o monge em 1893 [...] ele era um homem de fisionomia bonita, estatura média, enxuto de carnes. Tinha os cabelos castanhos, que não eram ainda grisalhos. Usava alpercatas e os seus pés pareciam de moça. (D. Maria Cordeiro Pacheco, moradora de Três Barras (SC). A mesma entrevistada afirmou que as fotografias que do Monge correm, não são dele (CABRAL, 1960, p. 166-167).

O monge [...] tinha a barba branca. [...] Tinha os olhos castanhos amarelados, supercílios grandes e cerrados, cabelos compridos, sendo de meia altura. As suas feições eram as de um alemão ou italiano. (D. Ana Maria de Quadros conheceu o monge em 1905 ou 1906, em Chapéu do Sol, no Paraná, às margens do Rio Iguaçú. CABRAL, 1960, p. 167-8).

É um ancião de estatura regular, alourado, tendo sotaque espanhol (Cleto da Silva narrando a passagem do monge por União da Vitória em 1896 (CABRAL, 1960, p. 150).

Era um homem de seus cinquenta a sessenta anos, de estatura média, vestido pobre, mas descentemente. (Frei Rogério Neuhaus, do encontro que teve com o monge em Capão Alto SC, em 1897. CABRAL, 1960, p. 152).

Meio de estatura [...], cachimbo pendente da boca irônica, olhos claros e vivos, encravados em órbitas fundas, nariz fortemente adunco, cavanhaque fino, longos cabelos crespos, orelhas atochadas de cabelos, dava ao conjunto a impressão de um tipo judaico... (Cel. Caetano Costa, morador da Lapa, PR, diz ter visto o monge em 1895. CABRAL, 1960, p. 157).

Um caboclo de barba cerrada, grisalha e curta, baixo de estatura [...] vi que tinha a mão grossa de trabalhador, não percebi a falta de um dedo. Pensei comigo: este homem não pode ser brasileiro, antes espanhol ou italiano. Não podia ter 60 anos. (Frei Oswaldo Schlenger diz ter encontrado este monge em 1901, nas proximidades de Canoinhas. CABRAL, 1960, p. 158).

O médico Ângelo Dourado, regressando com as tropas federalistas que haviam cercado a cidade da Lapa durante alguns meses de 1894, escreveu sobre o encontro que teve com um monge nos arredores de Passo Fundo (RS): “O monge é moço ainda, figura simpática, ascética...” (DOURADO, 1896, p. 257). Repararem que o médico não deu nome ao monge, e sua descrição muito

difere das anteriores que o apresentam como um sujeito por volta de 50 a 60 anos de idade. Então, quais conclusões podemos tirar destes testemunhos?

A princípio, nenhum estava se referindo a José Maria, o terceiro na lista de sucessão de monges e que morreria na batalha do Irani em outubro de 1912 marcando o início da Guerra do Contestado. As pessoas entrevistadas por Cabral acreditavam estar descrevendo o “verdadeiro” monge que há tempos peregrinara pelo planalto sul-brasileiro realizando curas e profecias, ensinando rezas e habitando lugares ermos como cavernas e alto de montanhas. E, assim como Ângelo Dourado, não o nomearam dizendo se chamar João Maria de Agostini ou João Maria de Jesus. Era simplesmente monge. Sendo assim, pelas descrições físicas, temos não um único homem sendo acreditado como monge, antes vários e atuantes de forma concomitante no tempo e no espaço. Portanto, entre 1893 e 1906 – e além desse tempo –, em uma região extensa que ia do Paraná até o Rio Grande do Sul, tivemos considerável número de andarilhos com comportamento e aparência similares sendo chamados ou confundidos com o monge. Porém, não é possível deixar de mencionar o depoimento da Sra. Maria Cordeiro Pacheco, moradora de Três Barras (SC), que afirmou não reconhecer o monge nas fotografias que dele corriam na região (apud CABRAL, 1960, p. 166-167).

Ora, se uma devota do santo assegura que as fotografias não ilustram o monge que ela conheceu, temos novos e grandes problemas historiográficos a serem resolvidos. Quem é o sujeito das fotografias e como se deu o processo de reconhecimento dele com o santo popular “São João Maria”? Como concluiu Cabral (1960, p. 171-172), não se tem certeza de que o indivíduo das fotografias é o monge João Maria, mas, com o tempo – e pela necessidade dos católicos em ter imagens de santos para venerar – ganhou credibilidade em todo o sul do Brasil e foi aceito como tal. Para os objetivos deste artigo não me atreverei em continuar as análises, mas ficam apontadas as questões que necessitam ser respondidas.

Considerações Finais

Um dos maiores desafios que o pesquisador pode enfrentar ao tentar desvendar a identidade histórica dos monges que sucederam ao primeiro é a carência atual de documentos que os identifiquem pelo nome e não pelo epíteto que ganharam. Enquanto João Maria de Agostini de fato era o nome do pioneiro dos monges no Brasil, os outros perderam o nome de batismo passando a adotar o pseudônimo famoso. Portanto, onde iremos encontrar referências sobre Anastás Marcaf, o suposto nome do segundo monge? E de

Miguel Lucena de Boaventura, mais conhecido por monge José Maria de Santo Agostinho? Talvez em arquivos localizados nas pequenas cidades do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul? E nestes arquivos, que tipos de documentos poderiam fazer menção a eles? Isso, claro, se acreditarmos que os nomes “reais” dos ditos monges são mesmo Anastás Marcaf e Miguel Lucena de Boaventura.

Outra barreira para o sucesso da empreitada reside em uma grande e significativa diferença de comportamento entre o primeiro monge e seus seguidores das décadas seguintes: João Maria de Agostini, o eremita italiano, apresentava-se seguidamente às autoridades brasileiras – bispos, párcos, delegados, governos provinciais – buscando documentos que regularizassem a condição de estrangeiro no território do Império. Isto gerou boa quantidade de fontes históricas que auxiliou na identificação do indivíduo histórico e não tanto do eremita transformado em santo pela crença popular. Em relação aos outros, constatei que havia uma atitude de afastamento das autoridades, como que imbuídos do pensamento de que quanto mais longe estivessem do poder, mais sucesso teriam entre o povo simples do interior.

Para o pesquisador de fontes escritas, o distanciamento dos outros monges em relação às autoridades imperiais e republicanas é o maior responsável pela atual defasagem de documentos. Contudo, esta mesma carência não se observa quanto às fontes orais, pois a proximidade dos monges ao povo do planalto meridional do Brasil fez com que se produzissem depoimentos em abundância, preservados ao longo das gerações perfazendo uma herança imaterial de incomensurável importância. Mas para quem tem por objetivo chegar aos sujeitos históricos, os homens de “carne e osso” que se esconderam sob o manto do “monge santo”, as fontes orais, ainda hoje presentes no sul brasileiro, são de valia limitada, necessitando o pesquisador encontrar documentos escritos para realizar comparações.

Referências bibliográficas

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria** – 1797-1933. 3ª Ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000 (1ª Ed. de 1933).

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787 – 1930**. 2ª ed. Canoas: La Salle, 1979 (1ª Ed. de 1958).

CABRAL, Oswaldo R. **João Maria**: interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CHÂTELIER, Louis. **A Religião dos pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno**. Séc. XVI - XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

DELUMEAU, Jean. **O Pecado e o Medo**: A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). 2 volumes. Tradução de Álvaro Lorencini. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2003.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977 (fac-símile da edição de 1896).

ESPIG, Márcia Janete. **A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). **A Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria**: recusa dos excluídos. Porto Alegre; Florianópolis, Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995.

FILATOW, Fabian. **Do sagrado à heresia**: o caso dos monges barbudos (1935-1938). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FORTES, João Borges. “Santa Maria da Boca do Monte, cidade e município”. In: AZAMBUJA, Graciano A. de. **Anuário Rio Grandense**. Porto Alegre: Krahe & Cia, 1902, p. 155-162.

GAJANO, Sofia Besch. “Santidade”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Bauru, SP: EDUSC, 2006, pp. 449-463. Tradução do verbete: Eliana Magnani.

GALLO, Ivone Cecília D’Avila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

GAY, PE. João Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861**. RIHGB, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>)

GÉLIS, Jacques. O Corpo, a Igreja e o Sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**. Vol. 1 - Da Renascença às Luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. Revisão de tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 19-130.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOES, César Hamilton Brito. **Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GORNISKI, A. **Monges: Vidas, milagres, histórias, lendas**. 4ª ed. Lapa, PR: Nossa Senhora Aparecida, 2005.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800**. Ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1974.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (1880-1900)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

_____. **O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, 2012.

LACARRIÈRE, Jacques. **Padres do Deserto: homens embriagados de Deus**. 2 ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LE GOFF, Jacques. As ordens mendicantes. In: BERLIOZ, Jacques (org.). **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa, Portugal: Terramar, 1994, pp. 227-241.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Representações da cura no catolicismo popular. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Saúde e Doença: um olhar antropológico.** Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1994, p. 57-71.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, S. et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 307-330.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. **O Messianismo – no Brasil e no mundo.** São Paulo: Dominus Editora - Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado (1912-1916).** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios.** Porto Alegre, ERUS, 1979 (1ª edição de 1909).

SOUZA, Fredericindo Marés de. **O presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado.** Estante Paranista 29, Curitiba: Lítero-Técnica, 1987 (BN, Setor Obras Gerais, I-75, 4.40).

THOMÉ, Nilson. **Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado.** Florianópolis: Insular, 1999.

VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). **O Homem Medieval.** Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 211-230.

_____. **A espiritualidade na idade média ocidental: séculos VIII a XIII.** Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul**

do Brasil (1845 – 1880). Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista. In: CHALHOUB, S. et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 331-354.

Abstract: For more than a century hypothesis has been presented by Brazilian researchers to clarify what happened to the monks João Maria de Agostini and João Maria de Jesus after their passage through southern Brazil, between the mid-nineteenth century and early twentieth century. It's known that wandered by extensive region between the Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro, however, after that, everything else is guesswork. The route, the paths taken and inhabited places were inaccurate, as well as where, when and how they died. The reasons for so many doubts were attributed to the lack of reliable documents. Based on this assumption, those interested in uncovering the fate of the monks were restricted, mostly, to collect testimonies with the devotees of "São João Maria", which not contributes to follow the trajectory of historical subjects. In fact, there are clues to be followed, not only documents, but also historiography, and may indicate new directions for unraveling the individuals who covered up under the name of "miraculous monks".

Keywords: João Maria Monk; Contestado War; Historic sources; Historiography
